

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.845 - GO (2019/0295507-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - PA011307A  
BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - PA008770  
**AGRAVANTE** : REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA  
**ADVOGADO** : WESLEY MIRANDA DO CANTO - GO027781  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Goiás assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DO PACTO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. INCIDÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 4.886/1965. INAPLICABILIDADE. PARCERIA COMERCIAL ESTRANHA À REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. CONTRATO ATÍPICO. ÔNUS DA PROVA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.*

*1. Conforme dispõe o artigo 1º da Lei federal nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, exerce representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou física que, sem relação de emprego, desempenha, em caráter não eventual e por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.*

*2. Desse modo, a natureza da atividade desenvolvida no âmbito da representação comercial tem, em sua essência, a mera intermediação da realização de negócios jurídicos entre a empresa representada e o potencial cliente, encerrando, dessa forma, operações isoladas e individualizadas.*

*3. No caso dos autos, verifica-se que a atividade exercida pela empresa autora/apelante não encerra mero agenciamento de pedidos ou promoção da relação comercial entre o cliente potencial e a empresa representada, uma vez que os serviços prestados iam muito além, já que, acrescida à intermediação, praticava atividades de pós-venda, atípicas de um contrato de representação, tais como a manutenção e atendimento de uma carteira de clientes, a execução de serviços técnicos, oferecimento de assistência, resposta a consultas e reclamações, dentre outros.*

*4. Assim sendo, atentando-se para as peculiaridades do contrato firmado entre as partes litigantes, há de se reconhecer que o pacto firmado possui natureza atípica, sem definição específica, o que afasta a incidência da Lei federal nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, que é aplicável especificamente aos contratos típicos de representação comercial autônoma.*

5. À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos.

6. Uma vez comprovado que as deduções efetivadas pela empresa ré/apelada nas comissões devidas à autora/apelante possuíam previsão contratual e que não se tratavam de descontos realizados em razão da inadimplência dos consumidores da telefônica demandada, não merece prosperar o pleito quanto ao ressarcimento das deduções efetuadas durante a vigência do contrato.

7. Verifica-se dos autos que a classificação das empresas prestadoras de serviço para a telefônica ré/apelada dependia do atendimento de metas e indicadores estabelecidos pela contratante. Assim, uma vez não comprovado pela autora/apelante que houve, efetivamente, o atendimento de todos os requisitos exigidos contratualmente, não faz jus ao recebimento das diferenças remuneratórias que defende serem devidas em razão da sua alegada subclassificação.

8. Comprovado que a empresa recorrida não pagou as indenizações previstas contratualmente pela transferência de parte da carteira de clientes atendidos pela autora/apelada, tanto durante a execução do contrato, como no momento da sua rescisão, há de se reconhecer o direito da recorrente de ser ressarcida, devendo o valor devido ser apurado em sede de liquidação da sentença, em conformidade com os critérios estabelecidos no contrato entabulado entre as partes.

9. O ressarcimento pelos investimentos estruturais realizados pela empresa autora/apelante em sua sede, para fins de cumprir com suas obrigações contratuais, não podem ser impostos à empresa contratante, haja vista tratarem-se de despesas necessárias ao próprio desenvolvimento da atividade empresarial exercida pela demandante, além do fato de o contrato ter tido vigência por período suficiente para a amortização dos investimentos realizados.

10. A pessoa jurídica somente fará jus a ser indenizada pelos danos morais suportados quando comprovado que, em decorrência de conduta adotada pela parte adversa, houve violação a sua honra objetiva, consubstanciada na mácula da imagem, admiração, respeito ou credibilidade no meio social, o que não ocorreu no caso vertente.

11. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA" (fls. 1.533/1.534 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.553/1.555 e 1.560/1.570 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 1.612/1.634 e-STJ), a recorrente aponta negativa de vigência dos arts. 1º e 27, "j", da Lei nº 4.886/1965. Sustenta, em síntese, que "*estando comprovada a existência de relação jurídica de representação comercial, é devida à Recorrente a indenização, no importe de 1/12 (um doze avos) sobre o valor total dos rendimentos auferidos durante a vigência contratual, em virtude da rescisão imotivada e sem prévia comunicação*" (fls. 1625 e-STJ).

Além disso, afirma que, nos termos dos arts. 34 e 33, § 3º da Lei nº 8.240/1992, a recorrente tem direito a receber 1/3 das comissões relativas aos três meses anteriores à rescisão contratual.

Aduz que, conforme dispõe o art. 43 da Lei nº 8.240/1992, são ilícitos os descontos efetuados nas comissões que lhes são devidas.

Com base nos arts. 402, 473 e 475 do Código Civil, sustenta que tem direito à indenização por perdas e danos, aos lucros cessantes e ao dano moral.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem (fls. 1.645/1665 e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que as matérias versadas nos arts. 33, 34 e 43 da Lei nº 8.240/1992 não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

No ponto, ressalta-se que os embargos de fls. 1.541/1.551 foram opostos pela parte ora recorrida.

Quanto ao mais, constata-se que todas as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

*"(...) Traçadas essas diferenciações entre o contrato de distribuição e de representação comercial, cabe apreciar o pacto entabulado entre as litigantes, bem como a prova dos autos, de modo a se apurar qual a real natureza jurídica do ajuste sub examine.*

*Analisando o último contrato firmado entre as partes, verifica-se que o instrumento tinha como objeto 'distribuição de serviços da Vivo pelo distribuidor, pessoa jurídica independente que desenvolve todas as atividades vinculadas à promoção e comercialização dos serviços*

*exclusivamente em relação ao mercado empresarial, assim entendidas as pessoas jurídicas com até 500 (quinhentos) empregados identificadas como pequena ou média empresa, e sua correta assistência e quaisquer outras atividades conexas' (Cláusula 1.1, evento nº 03, volume nº 01, p. 115).*

*A remuneração da empresa autora/apelante, por sua vez, se dava com base nos negócios que tivessem sido concluídos exclusivamente com a sua interferência, bem como pelo atendimento da carteira de clientes ou outros serviços que se fizessem necessários (Cláusulas 5.1 e Anexo I, evento nº 03, volume nº 01, p. 111/114 e 116).*

*Pela simples leitura das cláusulas contratuais, há de se reconhecer que o pacto firmado entre os litigantes não é propriamente um contrato de distribuição, haja vista que a empresa que figura, em tese, como 'distribuidora', não realiza, efetivamente, a distribuição direta do produto ou serviço comercializado pela fornecedora, obtendo o seu lucro/remuneração das vendas que faz por sua conta em risco.*

*Restou comprovado nos autos que a empresa autora/apelante não tinha à sua disposição os produtos ou serviços negociados, não preenchendo, assim, os requisitos necessários exigidos pelo artigo 710 do Código Civil para fins de configurar o contrato como de distribuição.*

*Portanto, a primeira conclusão que se pode ter é que o pacto firmado entre as partes não é um contrato de distribuição autêntico.*

*Por outro lado, pelas peculiaridades da relação jurídica entabulada entre as empresas litigantes, não se pode afirmar, também, que se trata de um típico contrato de representação comercial.*

*É que, da leitura do instrumento contratual firmado entre as partes, verifica-se que a atividade exercida pela empresa autora/apelante não encerrava mero agenciamento de pedidos ou na promoção da relação comercial entre o cliente potencial e a empresa de telefonia ré/apelada.*

*Os serviços prestados pela recorrente iam muito além, pois, acrescida à intermediação de negócios jurídicos entre a apelada e os clientes, exercia também atividades de pós-venda, que são atípicas de um contrato de representação comercial, tais como a manutenção de uma carteira de atendimento e acompanhamento da clientela, execução de serviços técnicos, oferecimento de assistência, resposta a consultas e reclamações de consumidores, e, ainda, o controle da distribuição de equipamentos.*

*Ou seja, o vínculo jurídico existente entre as litigantes, conquanto envolva, em parte, o agenciamento e intermediação de negócios jurídicos entre a empresa contratante e os clientes prospectados pela recorrente, não pode ser configurado como típico contrato de representação comercial.*

*Conforme assentado em linhas volvidas, essa modalidade contratual limita-se à intermediação de uma venda que se concretiza com a aproximação realizada pelo representante entre pessoas interessadas em determinados produtos ou serviços e a empresa que os fornece ou presta.*

*Logo, atentando-se para as peculiaridades do contrato firmado entre as partes, há de se reconhecer a sua natureza atípica, sem*

*definição específica, o que afasta a incidência da Lei federal nº 4.886, de 09 dezembro de 1965, que é aplicável especificamente aos contratos típicos de representação comercial autônoma.*

*(...)*

*Portanto, com fulcro nesses fundamentos, tenho que a pretensão recursal da apelante, no que toca à caracterização do contrato firmado entre as partes como de representação comercial, não merece prosperar.*

*De consequência, tenho que os pedidos formulados pela autora/recorrente, com base nas disposições contidas na Lei federal nº 4.886, de 09 dezembro de 1965, não merecem acolhimento.*

*(...)*

*Inicialmente, cumpre salientar que, conforme assentado em linhas volvidas, não há que se falar em incidência da Lei federal nº 4.886, de 09 dezembro de 1965, no caso dos autos, haja vista que o pacto entabulado pelas partes não possui natureza jurídica de representação comercial.*

*Noutra senda, verifica-se que o Anexo I do contrato firmado entre as empresas litigantes previa expressamente os critérios que seriam utilizados para a remuneração da contratada, ora autora/apelante.*

*Extraí-se do Item 1.1 do Anexo I que 'serão remuneradas todas as habilitações e serviços gerados em um mês civil, exceto as canceladas dentro do mesmo mês em que ocorreu a habilitação. A apuração será realizada sempre no mês seguintes à habilitação'. Complementando essa regra, o Item 1.2.1 estabelece que 'em qualquer das hipóteses de dedução previstas neste contrato e em seus anexos, se os valores devidos ao distribuidor já tiverem sido pagos, este deverá restituir de imediato à Vivo o respectivo valor, que a exclusivo critério da Vivo poderá ser compensado, se for o caso, no pagamento mensal subsequente' (evento nº 03, volume nº 01, p. 111).*

*Mais adiante, no Item 03 do Anexo I do instrumento contratual, foram estabelecidas as hipóteses em que haveria deduções, quais seja: a) deduções por saída prematura (acessos e/ou serviços cancelados, por qualquer motivo, em um prazo inferior a 180 dias); b) deduções por downgrade de pacotes de serviços de voz e/ou dados (diferença entre o valor de assinatura paga pelo pacote de serviços de dados ou voz habilitado inicialmente e o novo pacote escolhido pelo cliente, caso a alteração ocorra em prazo inferior a 180 dias); e c) deduções por fraudes (evento nº 03, volume nº 01, p. 95/96).*

*Nota-se, dessa forma, que os descontos pelos negócios jurídicos que foram intermediados pela autora/apelante, mas que, por alguma razão, não se concretizaram, possuíam amparo no pacto entabulado.*

*Ademais, apreciando as notas fiscais colacionadas aos autos, as quais foram emitidas pela própria autora/apelante, tem-se que, grande parte das deduções realizadas tiveram como justificativa a saída prematura de clientes ou deduções por pacote de dados, hipóteses previstas contratualmente que autorizavam a realização dos descontos.*

*Outrossim, pela prova contida nos autos, não é possível apurar que essas deduções decorriam da inadimplência dos clientes da*

*demandada. Ou seja, não há prova contundente de que a responsabilidade pelo não pagamento de serviços utilizados pelos consumidores da ré/apelada eram atribuídos à demandante, ora apelante.*

*Assim sendo, não há que se falar em irregularidade nos descontos realizados pela empresa ré/apelada, haja vista que decorreram da observância das próprias cláusulas contratuais avençadas pelas partes.*

*Logo, não merece acolhida o pleito da autora/recorrente quanto ao ressarcimento das deduções realizadas pela ré/apelada sobre as comissões devidas pelos serviços prestados, haja vista que os descontos possuíam previsão contratual.*

*3. Da redução da classificação da empresa autora/apelante e pagamento das migrações.*

*Relata a empresa autora/apelante que as prestadoras de serviço parceiras da recorrida eram classificadas entre 'bronze', 'prata', 'ouro' e 'diamante', conforme o cumprimento das metas estabelecidas pela TELEFÔNICA BRASIL S/A, o que repercutia na remuneração recebida pelos trabalhos executados.*

*(...)*

*Segundo se extrai do Anexo II do contrato firmado entre as partes, 'os valores de remuneração do distribuidor serão compostos e considerados segundo o modelo estabelecido de acordo com a classificação atingida por este no Programa Parceiro Vivo Corporativo', o qual 'é composto por uma relação de indicadores que, somados, permitem ao distribuidor atingir uma pontuação máxima determinada a cada período, conforme critérios estabelecidos pela Vivo' (evento nº 03, volume nº 01, p. 97).*

*Ou seja, segundo as disposições contratuais, a classificação das empresas contratadas pela demandada se daria em conformidade com o atendimento das metas previstas no 'Programa Parceiro Vivo Corporativo', que estabelecem vários indicadores que deverão ser observados para fins de pontuar as prestadoras de serviço.*

*Conclui-se, dessa forma, que é o atendimento de uma somatória de indicadores pré-estabelecidos pela telefonia contratante que resultará na classificação da empresa prestadora de serviço.*

*Assim sendo, ainda que se cogite que não houve o pagamento das migrações relativas ao mês de setembro de 2013 em diante, não é possível verificar que esse fato isolado foi capaz de reduzir a classificação da recorrente de 'diamante' para 'ouro'.*

*Além disso, os documentos colacionados no evento nº 03, volume nº 02, p. 60/111 possuem vários trechos ilegíveis, o que impossibilita a análise de quais foram as metas definidas pela TELEFÔNICA BRASIL S/A no exercício de 2013 e 2014, e, de consequência, se a empresa recorrente atendeu a todos os indicadores estabelecidos no período, fazendo jus a ser classificada como 'diamante'.*

*Outrossim, conforme assentado pela magistrada singular, analisando as notas fiscais, observa-se que ocorreram deduções em razão da saída prematura de clientes (acessos ou serviços cancelados em prazo inferior a 180 dias), o que pode ter justificado a mudança de classe para uma inferior, já que houve a perda de parte dos negócios jurídicos*

*realizados com a intervenção da recorrente.*

*Portanto, pelos documentos que instruem o feito, tenho que não merece prosperar a insurgência da autora/apelante, quanto ao recebimento da diferença devida em decorrência da redução da sua classificação.*

*Seguindo adiante, tem-se que a recorrente afirma não ter recebido as migrações relativas ao mês de setembro de 2013 em diante.*

*Pois bem, compulsando as notas fiscais anexadas pela autora/recorrente, verifico que a média dos valores faturados no que diz respeito as migrações permaneceu em uma constante nos anos que antecederam o período supramencionado, de modo que não há como se atestar, com segurança e certeza, que não houve o pagamento por esses serviços.*

*Apreciando os e-mails encaminhados para a recorrida, contestando a remuneração da autora/apelante, é possível constatar que, de fato, ocorreram algumas reclamações acerca de supostas migrações que não foram computadas pela demandada (evento nº 03, volume nº 03, p. 04/23).*

*Contudo, analisando os documentos supramencionados, não é possível se apurar, com certeza e exatidão, se os valores exigidos são, de fato, devidos, e se o seu não pagamento decorreu de uma arbitrariedade da ré/apelada, ou em razão de não terem sido atendidos os requisitos necessários para fazer jus à remuneração respectiva.*

*Logo, diante da ausência de provas convincentes para embasar o pleito, tenho que o seu desprovimento é medida impositiva.*

*(...)*

*(...)*

*Em síntese, alega a empresa autora/recorrente que realizou investimento no importe de R\$ 203.078,24 (duzentos e três mil e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), no intuito de adequar a estrutura da sua sede às exigências contratuais impostas pela TELEFÔNICA BRASIL S/A.*

*Assim, em razão da rescisão imotivada do pacto entabulado entre as partes, defende que faz jus à indenização pelos danos materiais suportados.*

*A magistrada a quo julgou improcedente o pleito indenizatório, ao fundamento de que os investimentos patrimoniais são responsabilidade do empresário, configurando risco inerente à atividade empresarial exercida, além do fato de que o contrato perdurou por mais de 07 (sete) anos, tempo suficiente para amortizar os gastos realizados.*

*O decreto judicial prolatado não merece censura nesse ponto.*

*Segundo se extrai da Cláusula 7.1.9, era obrigação da empresa contratada 'possuir um dimensionamento adequado e suficiente ao pleno atendimento dos clientes da Vivo', devendo, ainda, 'manter uma estrutura operacional própria e independente da Vivo e adequada ao negócio e às atividades inerentes a este contrato' (evento nº 03, volume nº 01, p. 118).*

*Tem-se, portanto, que a estruturação da sede da empresa autora/apelante era uma obrigação contratual imposta à contratada para*

*fins de padronizar o atendimento dos clientes da TELEFÔNICA BRASIL S/A, sendo indispensável à execução do contrato.*

*Logo, o atendimento dos critérios estabelecidos pela contratante era de responsabilidade da recorrente, sendo investimento necessário ao próprio desenvolvimento da atividade empresarial, não podendo, portanto, ser atribuído à empresa recorrida.*

*Outrossim, conforme destacado pela juíza de 1º grau, a relação jurídica entre as partes perdurou de 06 de dezembro de 2006 até 1º de junho de 2014, ou seja, por mais de 07 (sete) anos, tempo suficiente para se amortizar os investimentos realizados para fins de cumprir às obrigações contratuais impostas.*

*Dessa forma, tenho que a irresignação da apelante não merece acolhimento nesse ponto.*

*6. Do dano moral.*

*Por fim, pretende a empresa autora/apelante ser ressarcida pelos danos morais que alega ter suportado em decorrência da rescisão do pacto objeto da contenda.*

*Pois bem.*

*Para que uma pessoa jurídica faça jus à indenização por dano moral, é necessária a comprovação da violação da sua honra objetiva, consubstanciada em atributo externalizado, como uma mácula à sua imagem, à admiração, ao respeito ou à sua credibilidade no meio social.*

*No caso dos autos, entendo que, não obstante os problemas que certamente foram gerados pela rescisão do contrato de forma imotivada, tal fato, por si só, não é capaz de resultar em violação à honra objetiva da empresa, de modo a subsidiar o pleito indenizatório formulado.*

*De mais a mais, não restou comprovado que a ré/apelada praticou conduta capaz de macular a imagem, respeito ou credibilidade social da empresa recorrente.*

*Portanto, o decreto judicial prolatado não merece censura nesse tópico, haja vista que não há que se falar na ocorrência de dano moral indenizável no caso " (fls. 1519/1532 e-STJ).*

Consoante se pode verificar, o tribunal de origem alcançou sua conclusão por meio da análise do contexto fático-probatório, sendo vedada a modificação do entendimento adotado no acórdão recorrido, em virtude da incidência dos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dezessete por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento), nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator